

1 ATA DA 520ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA  
2 CRIMINAL E PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2025

3  
4 No dia treze de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, os membros do Conselho  
5 Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP reuniram-se ordinariamente, no  
6 Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques, na cidade de Manaus/AM, presente  
7 o Presidente do CNPCP, André de Albuquerque Garcia, e os seguintes membros: Arthur  
8 Richardisson Evaristo Diniz, Bruno Dias Cândido, Caroline Santos Lima, Davi Márcio  
9 Prado Silva, Herbert Gonçalves Santos, Márcia de Alencar Araújo, Marcelo Pimentel de  
10 Oliveira, Marcus Rito, Murilo Andrade de Oliveira, Paulo Augusto Oliveira Irion, Rafael  
11 Velasco Brandani. Acompanha virtualmente: Walter Nunes. Convidados: Deyvidi de Lima  
12 Alves – SENAPPEN, Gabriel de Barcelos Conceição Silva – SENAPPEN, Suzann  
13 Cordeiro – CNJ e Susan Lucena Rodrigues. O Presidente do Conselho declarou aberta a  
14 reunião, dando as boas-vindas aos conselheiros e participantes. Foi aprovada moção de  
15 reconhecimento póstuma ao ex-conselheiro Ulysses de Oliveira, em razão de seu  
16 falecimento, como forma de homenagear sua relevante contribuição ao colegiado. Na  
17 sequência, foi aprovada, sem ressalvas, a ata da 519ª Reunião Ordinária. Reiterou-se a  
18 deliberação quanto à alternância entre reuniões presenciais e virtuais, confirmando-se o  
19 calendário previamente estabelecido. Também foi aprovada a inclusão do Conselheiro  
20 Walter Nunes da Silva Junior no Grupo de Trabalho sobre visitas no sistema prisional.  
21 Passou-se, então, à discussão sobre o Plano Pena Justa e sobre a revisão da Resolução  
22 nº 9/2011, referente à arquitetura prisional. Houve apresentação técnica detalhada de  
23 engenheiros da Secretaria Nacional de Políticas Penais, com análises sobre celas  
24 coletivas, ventilação cruzada, custos de construção e propostas de adaptação com uso  
25 de beliches e treliches. Foram exibidos estudos comparativos sobre o impacto do aumento  
26 de vagas de 800 para 1200 em penitenciárias, demonstrando reduções no custo médio  
27 por vaga, mas exigindo adequações em módulos de vivência, saúde, educação e  
28 segurança. Os Conselheiros destacaram pontos quanto a necessidade de economicidade  
29 e viabilidade orçamentária para os estados; preocupações com a dignidade da pessoa  
30 presa, as condições de trabalho dos policiais penais e a observância de tratados  
31 internacionais de direitos humanos. O Conselheiro Walter Nunes enfatizou riscos  
32 relacionados ao uso de treliches, mencionando dificuldades de segurança, ventilação e  
33 acessibilidade. O conselheiro Paulo Irion reforçou que a dignidade da pessoa humana  
34 deve permanecer como princípio central da execução penal, destacando que eventuais  
35 soluções arquitetônicas não podem reduzir o espaço mínimo por pessoa nem

36 comprometer a segurança. A arquiteta Suzann Cordeiro, especialista na área de  
37 Arquitetura Penal e Socioeducativa, participou como convidada e trouxe contribuições  
38 relevantes, ressaltando que o conceito de vaga não deve ser reduzido a leito, mas deve  
39 englobar todas as assistências previstas na Lei de Execução Penal, como saúde,  
40 educação, assistência social e religiosa. Apontou ainda a necessidade de integração das  
41 normas técnicas nacionais com parâmetros internacionais, especialmente as Regras de  
42 Mandela, e alertou sobre a importância de considerar acessibilidade para pessoas com  
43 deficiência e idosos, em conformidade com a legislação vigente. Houve consenso quanto  
44 à importância de se avançar na padronização de parâmetros arquitetônicos nacionais,  
45 que permitam orientar estados e federação na construção de estabelecimentos penais  
46 adequados, respeitando direitos fundamentais, garantindo sustentabilidade financeira e  
47 operacional e assegurando condições dignas de cumprimento de pena. Concluído este  
48 ponto, foi deliberado que o Conselheiro Davi Prado apresentará ao colegiado uma minuta  
49 de atualização do Regimento Interno. A Conselheira Caroline Lima comunicou ao plenário  
50 o recebimento de processo pelo CNPCP referente à visita realizada no Presídio Central  
51 de Porto Alegre/RS. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Para constar,  
52 lavrou-se a presente ata por Joelmir dos Santos, servidor mobilizado, e revisada por  
53 Isabelle Christinne Araujo Costa, Colaboradora do Conselho Nacional de Política Criminal  
54 e Penitenciária do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

55  
56 Conselheiro André de Albuquerque Garcia  
57 Presidente